

BANDITISMO, POLÍTICA E MÍDIA: O CANGAÇO NA PERSPECTIVA DOS JORNAIS DO NORDESTE (1910-1930)

Sérgio Ricardo Morais de Araújo França*

Resumo
Para Tânia Regina de Luca, os periódicos assumem na atualidade uma posição de centralidade na produção do saber histórico (PINSKY, 2005, p. 112). Pretende-se no presente artigo analisar o comportamento da imprensa escrita, nas décadas de 10 e 20 do século XX, a respeito da temática do Cangaço, fenômeno social observado em diversos estados do Nordeste brasileiro. Utilizando o método da pesquisa qualitativa, apresentaremos relatos, notas e artigos publicados no Diário de Pernambuco e no Jornal do Recife, analisando o conteúdo dos discursos sobre o cangaço, tema que ocupava com frequência as pautas políticas e as bancas dos jornais. As publicações pesquisadas demonstram a dimensão da importância que essa forma de banditismo alcançou na região do nordeste, pois se tornou um dos temas de interesse frequente da sociedade civil, da classe política e dos governantes de plantão, que pareciam não saber lidar com esse fenômeno social, ou seja, a atuação sistemática e simultânea de diversos grupos de cangaceiros que surgiram no Nordeste brasileiro. A preocupação com o combate ao cangaço passou a ser instrumento político para vencer eleições e conquistar poder, tornando-se arma poderosa nas mãos da classe política do nordeste da República Velha.

Palavras-chave: Cangaço. Jornais. Política.

Introdução

O Cangaço foi uma espécie de banditismo que se manifestou predominantemente no Nordeste do Brasil, da segunda metade do século XIX à primeira do século XX. Em breve definição trazida pelo historiador britânico Eric Hobsbawn, o banditismo caracteriza-se pela existência de “bandos de homens violentos e armados, fora do alcance da lei e da autoridade (tradicionalmente, mulheres são raras), impõem suas vontades a suas vítimas, mediante extorsão, roubo e outros procedimentos” (2015, p. 18). Encontra-se na historiografia diversas considerações acerca do período em que este fenômeno social vai se desenvolver no Brasil. Segundo Hobsbawn, que faz uma relação do fenômeno com o período de grandes secas, “o banditismo entrou em sua fase epidêmica após 1870, atingindo o



apogeu no primeiro terço do século XX, o fenômeno chegou ao fim em 1940 e desde então extinguiu-se" (HOBSBAWN, 2015, p. 34).

Em seu apogeu, o Cangaço se tornou uma das maiores preocupações para a sociedade e, em especial para o poder público, tendo em vista o seu caráter subversivo e desestabilizador da ordem social. O cangaceiro, em geral, oriundo das classes menos favorecidas e das regiões distantes dos centros urbanos, que vivia à margem da sociedade dita civilizada, era um desobediente da ordem estabelecida, um "fora da lei", praticando toda a sorte de crimes violentos: assaltos, roubos, assassinatos e estupros. Foi assim que o cangaço passou a integrar, obrigatoriamente, as pautas políticas, as reuniões congressuais e administrativas, os discursos políticos, as agendas das eleições, e as páginas de revistas e jornais.

Por meio de uma pesquisa qualitativa, através dos jornais publicados entre os anos de 1910 e 1930, em Pernambuco, analisamos de que forma foi representado o cangaço nas páginas impressas, meio de comunicação predominante à época e de acesso restrito a uma reduzida população de letrados. A pesquisa qualitativa é aquela que lida com interpretações das realidades sociais (BAUER; GASKELL, 2002, p. 23).

A maioria das publicações pesquisadas no presente trabalho trata de editoriais e artigos de opinião sobre a atuação estatal em combate a esse banditismo, ora criticando a ineficiência dos governos, ora elogiando essa atuação. Algumas notícias sobre a ação dos cangaceiros, assim como das forças de segurança pública contra aqueles, também foram pesquisadas. Utilizando como fonte os periódicos disponibilizados pela Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, a pesquisa foi realizada por meio do uso da palavra-chave Cangaceirismo, termo que foi descoberto no decorrer da pesquisa e mais utilizado à época pelos jornais.

Hoje é indiscutível a importância dos periódicos como fonte histórica, embora por muito tempo, e mesmo com a crítica realizada pela Escola dos *Annales*, na década de 1930, a imprensa foi observada com desconfiança pelos historiadores e relegada a uma espécie de limbo, até chegar à sua atual posição de centralidade na produção do saber histórico (PINSKY, 2005, p. 112).

Para o uso de periódicos como fonte de pesquisa, porém, indispensável se faz algumas ponderações, tendo em vista que esses veículos de comunicação, no mais das vezes são empresas ligadas a grupos de forte interesse político e com



fortes ligações com a classe política dominante. Em seu artigo sobre o uso das fontes impressas, Tânia Regina de Luca, citando Jean Glénisson e Pierre Renouvin, faz a seguinte observação:

> Ao comentar os procedimentos críticos demandados pelos jornais, Glénisson ponderou que estes se revestiam de 'complexidade desanimadora. Sempre será difícil sabermos que influências ocultas exerciam-se num momento dado sobre um órgão de informação, qual o papel desempenhado, por exemplo, pela distribuição da publicidade, qual a pressão exercida pelo governo'. Ele endossou as palavras do historiador Pierre Renouvin, que insistia na importância crucial de se inquirir a respeito das fontes de informação de uma dada publicação, sua tiragem, área de difusão, relações com instituições políticas, grupos econômicos e financeiros, aspectos que continuavam negligenciados seja pelos historiadores que recorriam à imprensa, seja pelos que se dedicavam a escrever sua história (PINSKY, 2005, p. 116).

Para uma melhor compreensão da pesquisa realizada, vale trazer breves considerações acerca dos periódicos utilizados neste artigo, o Diário de Pernambuco e o Jornal do Recife, objetivando situar o leitor a respeito de que fontes estamos tratando.

O Diário de Pernambuco é o jornal mais antigo em circulação na América Latina e sempre teve fortes ligações com as lideranças situacionistas do estado. Fundado em 07 de novembro de1825, dez anos depois se transformava em órgão oficial dos governos provinciais, posto que ocupou por várias décadas. Do Império para a República, passou sem alterar a sua linha situacionista. Fato a se destacar ainda foi a candidatura ao governo de Pernambuco do seu então proprietário Francisco de Assis Rosa e Silva, no ano de 1911. Marcada por sérios conflitos e suspeitas de fraude, a disputa eleitoral resultou no fechamento do periódico por cerca de 2 anos (ABREU JR.; FERREIRA; BEZERRA; 2009; p. 1-3).

Lançado em 1º de janeiro de 1859, o Jornal do Recife objetivava deixar seus leitores a par de tudo ocorrido sobre os movimentos sociais, o mundo da política, da ciência e da indústria, segundo seu primeiro editorial. Apresentava uma linha mais crítica e direta de oposição a alguns grupos políticos conservadores, embora também tenha assumido em 1916 o posto de órgão oficial. Em 1931, apesar da empolgação inicial com o novo governo da República, ao comentar deslizes estatais e com a publicação do artigo "Honrando a Farda", o periódico foi ameaçado de



suspensão, ocorrendo inclusive a prisão de seus principais redatores. Após diversos períodos de suspensão de funcionamento, o Jornal do Recife deixou de circular definitivamente no ano de 1938 (BRASIL, 2015, p. 1-9).

O Cangaço como elemento de discurso político de apoio à atuação estatal.

Durante o período de existência do cangaço ou cangaceirismo, que abrange as últimas décadas do século XIX até aproximadamente a metade do século XX, os governos dos estados do nordeste brasileiro farão uso dos periódicos para divulgar e propagandear suas ações de combate ao banditismo praticado nos rincões sertanejos.

Em manifesto apoio ao governo do então Dr. Benjamin Barroso, do Estado do Ceará, foi publicada uma nota que se referia à captura de cerca de 200 cangaceiros, asseverando que “dentre os problemas, cuja solução se impunha do governo do Ceará, destacava-se a extinção do banditismo do interior do Estado”. O discurso utilizado era agressivo e radical, pois era necessário combater “essa cancerosa pústula social”, uma vez que a região do Cariri Cearense havia sido contaminada pelo “vírus pestilento do cangaceirismo” (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, edição 193, dia 15 de julho de 1916).

No Estado da Paraíba, uma nota jornalística acerca das novas medidas anunciadas pelo então governador, Sólon Barbosa de Lucena, que havia assumido o mandato em 22 de outubro de 1920. Em tom moderado e conciliatório, o discurso de pouca efetividade não demonstra, a princípio, ações concretas para os problemas de gestão administrativa do Estado. O banditismo aparece como uma das ações de governo, igualando-se em importância aos maus políticos e às grandes secas, como males a serem combatidos. Um “saneamento moral” deverá ser promovido, utilizando-se de “meios suasórios, sem violência, nem emprego de força”, governando com “harmonia e brandura”, chamando à consciência de seus deveres o “cangaceirismo profissional”. (JORNAL DO RECIFE, edição 297, 28 de outubro de 1920).

Destaque-se que no século XIX, já havia relatos por parte dos governos das províncias a respeito das sérias dificuldades para se combater o banditismo no sertão brasileiro. Os relatórios dos presidentes das províncias, que serviram de fonte de pesquisa para o professor Wellington Barbosa da Silva, em seu artigo



publicado na coletânea “História do Banditismo no Brasil – Novos Espaços, Novas Abordagens”, apontam que a prática do banditismo rural na região não era de fácil resolução. Um dos fatores de dificuldade indicado nos relatórios, por exemplo, era o uso pelos bandoleiros das regiões limítrofes dos Estados vizinhos, que impedia a atuação das forças policiais no estado vizinho. Assim se reporta o mencionado historiador:

> Porém, o raio de ação desses grupos de salteadores era muito amplo, eles se movimentavam em um território cujas fronteiras eram movediças: quando eles eram acossados pela força pública de Pernambuco, por exemplo, buscavam refúgio nas comarcas fronteiriças do Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba. E vice-versa.” (FONTELES NETO; BRETAS; FLORES, 2019, p. 170).

Devido a peculiaridade dessa ação, os governos começaram a envidar esforços conjuntos para combater os cangaceiros. Noticia-se assim o regresso ao Estado paraibano do Comandante da Força Pública, Elysio Sobreira, que havia se reunido com o comandante pernambucano e com o então governador Sérgio Loreto, para a realização de ações conjuntas em combate ao banditismo, especialmente praticado nas regiões limítrofes. Afirma a nota que autoridades como o chefe do executivo estadual, juntamente os da Magistratura e da Polícia, estariam “fortalecidas nos mesmos propósitos de reação à endemia degradante do bandoleirismo” (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, edição 217, 19 de setembro de 1925)

Aliás, essa é uma das estratégias de ação dos cangaceiros: o uso das regiões limítrofes entre os estados, como fuga da captura ou execução pela força policial. Em sua tese de doutoramento em Antropologia Social, que virou livro sob o título O Povo em Armas – Violência e Política no Sertão de Pernambuco, Jorge Mattar Villela, nos traz a seguinte informação sobre o tema:

> Cruzando os locais de pronúncia e os de morte ou captura dos criminosos, nota-se a existência de alguns complexos territoriais, sobretudo da fronteira norte, onde se localizam os municípios de Triunfo, Afogados da Ingazeira e São José do Egito. (...) Existia também o complexo da fronteira oeste, confinando com o Piauí e o Ceará (VILLELA, 2004, p. 50).



Atravessar os extensos territórios sertanejos, mudando de um estado para o outro, dificultava a ação das forças policiais, pois estas não podiam ampliar seu raio de ação para o outro estado, sem prévia autorização oficial. Por isso, surgiu a necessidade de acordos para ações conjuntas entre os estados.

O Cangaço nos discursos críticos à atuação do Estado

Vamos observar nos jornais pesquisados, várias menções aos termos cangaço ou cangaceirismo como sinônimo de perversidade, crueldade, violência. Então, para se fazer críticas a seus opositores, nomeá-lo cangaceiro vinha bem a calhar. Foi nesse sentido que em nota não assinada publicada no JORNAL DO RECIFE, foi o então governador Manoel Pereira Borba intitulado “o Cangaceiro Mor de Pernambuco”, em face das ações violentas da polícia do Estado durante a sua gestão (JORNAL DO RECIFE, edição 261, 26 de setembro de 1919).

O banditismo sertanejo também se tornou preocupação constante das elites locais e era frequente assunto nas discussões de instituições diversas, tanto públicas quanto privadas, pois sua atuação e a ineficiência do Estado na repressão aos diversos grupos de cangaceiros, gerava acaloradas discussões e debates. Em 1921, Peixoto Sobrinho, um industrial da cidade de Pesqueira, enviou correspondência que foi lida perante a Assembleia Geral da Associação Beneficente do Comércio de Estivas de Pernambuco e posteriormente publicada, no que fazia duras críticas ao governo de Pernambuco, em face da legislação tributária da época, especialmente à cobrança do imposto sobre o consumo e que, por isso, precisaria ser urgentemente revisada. Atribui a essa questão, a perda de arrecadação de receitas para outros estados, assim como o aumento do cangaceirismo no sertão (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, edição 213, 9 de agosto de 1921).

De semelhante forma, o cangaço serviu de mote para debates e decisões de interesse econômico, pois havia a ideia de que o crescimento econômico do Nordeste brasileiro poderia pôr fim à violência no campo. É o que podemos observar na carta assinada por J. F. Brandão Cavalcanti, engenheiro pernambucano e proprietário da firma Brandão Cavalcanti e Cia Ltda, em forma de resposta a um editorial do Diário de Pernambuco, publicado anteriormente. Trata-se da necessidade, segundo o autor da carta, de o governo do Estado solicitar



empréstimo ao capital inglês, para implementar melhorias econômicas, e dentre estas a construção de ferrovia para beneficiar um projeto de usinas algodoeiras na região do São Francisco, por meio da *Great Western*, empresa inglesa de fabricação de ferrovias, o que propiciaria, dentre outros benefícios, "a destruição do malfadado cangaceirismo" (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, edição 89, 19 de abril de 1923).

Outra forte característica do banditismo praticado nas paragens sertanejas era a intensa relação existente entre os cangaceiros e os "coronéis", chefes políticos locais que, o mais das vezes, davam proteção aos bandoleiros contra as forças policiais. Por essa proteção, eram vulgarmente chamados de "coiteiros". Na troca de interesses, havia uma relação de cumplicidade nas ações de cada grupo, seja cangaceiros, coronéis e representantes do Estado.

> Existia um verdadeiro entrosamento, uma grande harmonia entre coiteiros e chefes políticos locais e mesmo governadores de estado. Uns necessitavam do apoio político dos outros e se entendiam às mil maravilhas, condescendendo com os coiteiros (FACÓ, 1988, p. 189).

Retornando aos periódicos, um editorial de 1928 chega a atribuir o surgimento do banditismo à forma como a política era praticada na região. Discorrendo sobre o cangaceirismo, diz que além das secas, há dois grandes males que recaem sobre o nordeste: a politicagem e o cangaceirismo. E acrescenta, em síntese que "os chefes políticos do interior protegem os criminosos. Livram-nos da justiça. Dão-lhes morada e meio de vida" (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, edição 49, 28 de fevereiro de 1928).

Interessante observar no referido editorial a indicação de possíveis causas de surgimento do cangaço como o desamparo dos sertanejos pobres pela justiça estatal, bem como a política do coronelismo que se baseia na violência, no compadrio, no mandonismo local.

Considerações finais

Quando tratamos da análise do discurso apresentado nas publicações jornalísticas, o termo "discurso" é empregado aqui, "para se referir a todas as formas de fala e textos, seja quando ocorre naturalmente nas conversações, como quando



é apresentado como material de entrevistas, ou textos escritos de todo tipo" (BAUER; GASKELL, 2002, p.247).

Pretendemos demonstrar como o fenômeno social do cangaço era percebido por parte da sociedade, recorrendo aos jornais impressos, uma vez que este era o meio de comunicação existente entre a elite econômica e intelectual. Os textos jornalísticos eram utilizados como arma política para influenciar a sociedade letrada, tanto pelos governantes, quanto pelos seus opositores. Observamos ainda a relação de proximidade entre os redatores dos jornais mencionados com a classe política, fato bastante ordinário também em nossos dias.

As notas jornalísticas ora pesquisadas demonstram a dimensão alcançada pelo cangaço na região do nordeste brasileiro, na medida em que os estados passaram a buscar soluções conjuntas para combatê-lo. Os fatos estudados indicam também que o controle da prática do banditismo interessava e favorecia a certos grupos políticos e até a alguns governos locais. Nesse discurso bastante explorado através da imprensa, a classe política fazia do cangaço mais uma ferramenta de ataque e defesa nos embates político-eleitorais e mais uma arma contra seus adversários políticos.

Referências

ABREU JR., João Batista de; FERREIRA, Marieta de Morais; BEZERRA, Ricardo Lima. **História do Diário de Pernambuco**, 2009. Fundação Getúlio Vargas. Disponível em: http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/diario-de-pernambuco. Acesso em: 04 nov. 2019.

BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som:** Um Manual Prático. Petrópolis: Vozes, 2002.

BRASIL, Bruno. **Jornal do Recife**, 2015. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: https://bndigital.bn.gov.br/artigos/jornal-do-recife/ Acesso em: 04 de nov. 2019.

COMBATE AO CANGACEIRISMO. Diário de Pernambuco em Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, 1925. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/029033_10/15756?pesq=cangaceirismo Acesso em: 12 ago. 2019.

O CANGACEIRISMO. Diário de Pernambuco em Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, 1928. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/029033_10/22842?pesq=cangaceirismo Acesso em: 12 ago. 2019.



O CARIRI PACIFICADO. Diário de Pernambuco em Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, 1916. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/029033_09/11811?pesq=cangaceirismo Acesso em: 12 ago. 2019.

FACÓ, Rui. **Cangaceiros e Fanáticos:** Gênese e Lutas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A., 1988.

HOBSBAWN, Eric J. **Bandidos**. São Paulo: Paz e Terra, 2015

O "JORNAL" NA PARAÍBA. Jornal do Recife em Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, 1920. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/705110/81269?pesq=cangaceirismo Acesso em: 12 ago. 2019.

INDÚSTRIA ALGODOEIRA. Diário de Pernambuco em Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, 1923. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/029033_10/8839?pesq=Cangaceirismo Acesso em: 12 ago. 2019.

LUCA, Tânia Regina de. Fontes Impressas. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas.** São Paulo: Contexto, 2005.

A RAZÃO. Jornal do Recife em Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, 1919. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/705110/78114?pesq=cangaceirismo Acesso em: 12 ago. 2019.

SILVA, Wellington Barbosa da. "Grupos de criminosos infestam aquela parte da província": Banditismo em Pernambuco na segunda metade do século XIX (1850-1870). *In:* FONTELES NETO, Francisco Linhares; BRETAS, Marcos Luiz; FLORES, Mariana F. da C. Thompson (org.). **História do Banditismo no Brasil**: Novos espaços, novas abordagens. Santa Maria: Ed. UFSM, 2019.

A QUESTÃO DO ORÇAMENTO. Diário de Pernambuco em Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, 1921. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/029033_10/4484?pesq=Cangaceirismo Acesso em: 12 ago. 2019.

VILLELA, Jorge Mattar. **O Povo em Armas**: Violência e Política no Sertão de Pernambuco. Rio de Janeiro-RJ: Ed. Relume Dumará – Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2004.